



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
Comitê Interno de Governança – CIG-MCTI
1ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Interno de Governança.

Ato de Criação: Portaria MCTI nº 7.337, de 15 de agosto de 2023.

Ato de Designação dos membros: Art. 2º da Portaria MCTI nº 7.337, de 15 de agosto de 2023.

Periodicidade das reuniões ordinárias: trimestralmente (Art. 5º Portaria MCTI nº 7.337, de 15 de agosto de 2023).

Sigla: CIG-MCTI

DADOS DA REUNIÃO

Data: 19 de dezembro de 2023.

Horário: 10h e 30min.

Local: Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 5º Andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF.

Tipo: () Presencial () Videoconferência (x) Mista

PARTICIPANTES

Membros do Comitê (Presencial) – Conforme lista de presença.

Convidados da Reunião – Conforme lista de presença.

PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura.

2. Pauta:

- Instalação do novo CIG-MCTI;
- Aprovação do calendário de reuniões CIG-MCTI 2024; e
- Balanço das ações do órgão no ano de 2023.

3. Informes.

4. Fechamento.

RESUMO DA REUNIÃO

1. Abertura - Iniciada a reunião às 10h 36min pelo Sr. Luis Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que a presidiu, por solicitação da Ministra de Estado, com o propósito

de realizar um balanço das ações do órgão no ano de 2023 para o Comitê Interno de Governança do Ministério, e demais itens de pauta. Em primeiro lugar o Secretário justificou a ausência da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi convocada para uma reunião com o excelentíssimo Sr. Presidente da República a estar presente na reunião da Comissão Nacional de Energia, que se iniciou com atraso e tinha pauta extensa. E ainda avisou aos presentes da possibilidade do comparecimento da Ministra aos fins da reunião do CIG-MCTI, quando findada a reunião junto ao Presidente Lula. Lembrou que após a reunião do CIG-MCTI ocorreria o encontro de confraternização e integração do MCTI, qualificando como momento importante para todos celebrarem as realizações desse ano exitoso e vitorioso. A partir dessa introdução informou seguir o roteiro preparado para a condução da Ministra. Declarou, portanto, instalado o CIG-MCTI da nova gestão do órgão, classificando-a uma exigência formal que acredita ser muito boa, porque ajuda na estruturação e organização dos trabalhos da alta direção à frente da pasta.

2.1. Instalação do novo CIG-MCTI - Após o primeiro ato em que declarou instalando o CIG-MCTI, deu seguimento para ser apresentado a proposta de calendário de quatro reuniões ordinárias do CIG-MCTI por ano. Passou a palavra então para a sua Assessora de Estratégia e Governança, Sra. Verônica Goulart.

ASEST-SEXEC

Cumprimentando a todos, deu início a uma breve apresentação aos membros sobre o instituído Comitê Interno de Governança, da Ciência, Tecnologia e Inovação. Evidenciou sua função informando que o colegiado era destinado a atuar no assessoramento da autoridade máxima do órgão nas condições da política de governança no âmbito do MCTI, respondendo pela implementação de mecanismos que promovam a liderança, a estratégia e o controle na pasta. Destacou a competência do colegiado inerente aos órgãos e as entidades integrantes da administração pública federal direta de executar a política de governança pública de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidas em decreto; as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do CIG da Presidência da República; bem como encaminhar propostas atinentes a pasta da CT&I. Relembrou que o CIG-MCTI foi ampliado pela Ministra por portaria desse ano de 2023, composto pela alta administração do MCTI e vinculadas, presidido pela Ministra e na sua ausência, sendo substituída pelo Secretário Executivo, como o ocorrido na presente reunião. Relatou que a secretaria executiva será exercida então pela SEXEC por meio da Assessoria de Estratégia e Governança - ASEST, da qual está à frente, e que é discricionário a instituição de grupos técnicos temporários para tratar de temas específicos ao longo do trabalho do colegiado, e ainda elencou a atual composição do CIG-MCTI. Antecipou os temas dos informes a serem relatados ao fim da reunião. Para retomar a condução ao Secretário apresentou a sugestão de datas das próximas reuniões do CIG-MCTI para 2024 a serem deliberadas em reunião. Explicou que as datas não são fixas, mas uma propositura de referência espaçadas no tempo, conforme orientação dos órgãos de controle, para que o CIG se reúna trimestralmente e haja então esse espaço entre uma reunião e outra para as deliberações, acompanhamentos e monitoramento do trabalho realizado.

2.2. Aprovação do calendário de reuniões CIG-MCTI 2024 - Retomando a palavra, o Secretário Executivo, Sr. Luis Fernandes, comentou sobre o seminário de planejamento que foi feito em meados de 2023 com a participação dos membros do CIG-MCTI e, ainda que não estivesse formalizado, foi na prática a implementação de um mecanismo de governança. Então a aprovação do calendário de reuniões proposta foi sugerida pelo Secretário Executivo, com a abertura aos membros para que se posicionassem. Ele mesmo realizando uma proposição de ajuste para evitar conflitar com, por exemplo, as reuniões do Conselho Diretor do FNDCT realizadas nas quartas, solicitou para serem realocadas as do CIG-MCTI às terças-feiras. O presidente da AEB, Sr. Marco Antônio Chamon, propôs o adiamento da reunião de 11 de dezembro de 2024, alegando ser um período comum de fechamento de empenhos em que há efervescência de trabalho, sendo então proposta para o dia 18 de dezembro de 2024. Na sequência, o Presidente do CNPq, Sr. Ricardo Galvão, levantou sua preocupação com a data de 12 junho de 2024 por ser muito perto da data marcada para a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – V CNTCI, um evento que tomará muito da atenção e do tempo dos membros na semana prévia à reunião do CIG-MCTI. No entanto, o Secretário Executivo ponderou que poderia ser útil essa proximidade, motivando a reunião do CIG-MCTI com o tema de balanço dos debates da Conferência Nacional. Sendo discutidas então e incorporadas as sugestões de alteração apresentadas, foi, portanto, aprovada por unanimidade a

proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias do CIG-MCTI 2024, ficando as reuniões programadas para ocorrerem nos dias 19 de março, 11 de junho, 10 de setembro e 17 de dezembro do ano de 2024.

2.3. Balanço das ações do órgão no ano de 2023 - O próximo ponto da pauta anunciado pelo Secretário Executivo foi o balanço das ações 2023. Seria então apresentado pela Ministra, mas sob a contingência, passou sua condução ao Sr. Luis Fernandes que propôs fazer apenas uma apreciação inicial, e que passaria para cada agência, órgão e secretaria, para que, de maneira bem sintética, pudessem apresentar as suas ações de destaque do ano de 2023. Reforçou que deveriam ser bem sintéticos em suas explicações, mesmo porque não estava previsto um tempo maior para esse balanço.

MCTI-SEXEC

Deu início então ao balanço de 2023 sob a ótica da Secretaria-Executiva do MCTI, enfatizando que o MCTI tivera um ano com desafios e realizações gigantescas. Utilizou da qualificação de ter sido um ano extremamente exitoso para o Ministério, no âmbito da política do governo como um todo, comandada pelo presidente Lula, de reconstrução nacional. Em relação aos primeiros três a quatro meses, lembrou que foram dominados pela agenda das entregas definidos no Comitê de Transição, que indicou um conjunto de entregas que o Ministério deveria fazer, num programa de trabalho para os primeiros 100 dias de governo. Ressaltou que essas entregas foram realizadas integralmente e com temas políticos difíceis. Deu destaque especial ao desafio da recomposição integral do orçamento do FNDCT, desde a elaboração do programa das diretrizes de governo na campanha. Inclusive, lembrou de discussões realizadas em que muito dos membros do CIG-MCTI, tinham participado no Comitê de Transição na área de ciência, tecnologia e inovação. Lembrou que no diagnóstico feito, o principal problema que seria enfrentado era o colapso do sistema federal de fomento da área de ciência e tecnologia e inovação, materializado de forma muito firme no contingenciamento dos recursos do FNDCT, que ocorreu por parte do governo anterior. Superada a tentativa de veto da lei do FNDCT, que proibiu o contingenciamento do bloqueio, na sequência houve a edição da medida provisória que reintroduziu o contingenciamento e estendeu esse contingenciamento até o ano de 2026, referenciou o Sr. Luis Fernandes. Então, continuou, que em resposta, o compromisso assumido pelo atual governo foi de garantir a recomposição integral dos recursos do FNDCT em 2023. Esse desafio entrou na agenda dos 100 dias do governo, e foi realizado, mesmo diante de muito ceticismo no sistema de que isso seria feito. Explicou que a operação em que foram alocados R\$ 4 bilhões adicionais para o FNDCT para cobrir o contingenciamento que constava da medida provisória, estavam alocados em recursos não reembolsados. No entanto, o governo tomou a decisão no início ano de deixar caducar a medida provisória que contingencia o recurso do FNDCT e encaminhar na sequência um projeto de lei recompondo por crédito suplementar o orçamento integral do Fundo. Esse movimento implicou no necessário cancelamento dos 4 bilhões que constavam da PEC da transição, senão teríamos valores duplicados, 4 bilhões na PEC da transição e mais os 4 bilhões da recomposição do FNDCT, esclareceu. O cancelamento na PEC gerou dúvidas em algumas áreas do sistema de CT&I que respondeu com ceticismo ao anúncio de que os recursos cancelados seriam recompostos integralmente. A recomposição ocorreu e foi estabelecido o recorde dos recursos do Fundo. Então em abril, no congresso, foi recomposto integralmente os recursos do FNDCT, na ordem de R\$ 10 bilhões, 5 bilhões para não reembolsável, e 5 bilhões para reembolsáveis. E enalteceu que chegaram na última reunião do Conselho Diretor do FNDCT com 100% desses recursos executados. Externou seu desejo de que registre a importância da execução em 8 meses de montante equivalente ao que o governo anterior investiu com FNDCT nos quatro anos de mandato. Explicou que a partir da recomposição do fundo, se alinhou o programa de investimento do FNDCT com os quatro eixos estratégicos nacionais de ciência e tecnologia e inovação e foram revisados os compromissos anteriores, todos honrados, uma vez que demonstrassem consistência com os eixos.

A segunda grande realização, citou o Secretário Executivo, que muito envolve as unidades de pesquisa do órgão, é o concurso público para recompor o quadro do MCTI, sobretudo focado nas unidades de pesquisa, também decorrente de um diagnóstico que foi feito na transição de governo. Explicou que as Unidades de Pesquisa do MCTI estavam sendo estranguladas devido a incapacidade de renovação dos seus quadros de pessoal. Mesmo que se tenham feitas várias tentativas de compensação dessa falta de recursos humanos, como as contratações temporárias e lançamento de Bolsas PCI para suprir ausência de quadros de pesquisadores para os projetos e trabalhos de pesquisa, o que o governo ofertou nesse ano foi uma solução estrutural para a questão de falta de pessoal com provimento de 800 vagas em concurso

público. Ainda, o Sr. Luis Fernandes reconheceu que resta completar essa vitória, com a garantia de desafogar as agências, informando sobre a intensa agenda de negociações para uma segunda leva de concursos. Avaliou esse provimento uma conquista muito importante para órgão.

Uma terceira conquista muito importante, relatada pelo Secretário Executivo, nos primeiros 100 dias da agenda de trabalhos, também oriundos do diagnóstico da transição, foi o reajuste das bolsas de pesquisa. Uma ação coordenada de governo, que envolveu Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, só foi possível com a ampliação do orçamento do CNPq. Já desse novo patamar, explicou o Secretário Luis Fernandes, é que agora se defende a ampliação do orçamento do CNPq em paridade e de modo a ser compatível à capacidade ampliada de investimento do FNDCT. Ainda, reafirmou que se busca não só manter, mas também expandir ainda mais o orçamento do FNDCT.

Ainda, viu pertinente relatar uma quarta mudança relativa à boa governança, classificando como muito importante o reestabelecimento dos canais de diálogo com a comunidade científica e empresarial, e com os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI. Com entusiasmo disse que o diálogo voltou para um lugar onde já dizíamos que a democracia voltou, a ciência voltou, enfim o Brasil voltou. Essa volta de uma postura de diálogo resulta em conquistas muito importantes, afirmou o Secretário Luis Fernandes. Exemplificou com a estrutura do importante colegiado Conselho Diretor do FNDCT, nele as votações no governo anterior eram polarizadas. Isso resultou em protestos da comunidade científica, inclusive foram assinalados em ata, tais atropelos, relatou. Agora em outra postura, ressaltou o Secretário, foi construído nessa gestão o plano de investimentos que executou R\$ 10 bilhões, com decisões consensuais. Reforçou que todas as complexas estruturas de governança dos fundos setoriais operam realmente a partir de uma ação de diálogo. Relembrou que o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia foi recomposto e que no dia de sua recomposição foi realizado um ato em defesa da ciência, na ocasião foram prestadas homenagens aos colegas que foram injustiçados por defender a autonomia da pesquisa científica e da divulgação dos resultados da ciência no governo anterior. Uma gestão que puniu cientistas, cassando as suas medalhas por terem chegado a conclusões que contrariavam as preferências ideológicas daquele governo. O ato no Conselho teve simbolismo muito importante, avaliou o Secretário Executivo. E ressaltou que a própria indicação do presidente do CNPq, que embora não tenha sido escolhido por isso, o currículo do Sr. Ricardo Galvão o indica com louvor, (quando foi interrompido por aclamação de palmas pelos presentes), mas sua indicação deu um gosto de resposta política ao negacionismo de quem atacou a ciência, completou.

Continuo seu relato, o Secretário Luis Fernandes, ainda no âmbito da governança, que no final de abril foi feito um planejamento muito importante, que resgatou a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação que é de Estado, recuperando os quatro eixos que orientaram a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, desde 2004. Reafirmou que mesmo em governos menos propensos a agenda da CT&I a referência foi mantida. Nesse esforço de planejamento, relatou que foram recuperados e atualizados os eixos, frente à nova realidade enfrentada após o colapso da CT&I e da necessidade de recuperação do sistema. Essa peça orienta as ações de forma a dar consistência nas decisões de investimento de reconstrução, explicou. Afirmou que políticas públicas têm sido desenhadas em função desses eixos, bem como orientam os debates da quinta conferência nacional de CT&I – V CNCTI. Sobre a V CNCTI, deixou claro que está em curso seus preparativos e será coroada com a derradeira etapa de planejamento no âmbito nacional na primeira semana de julho. Dela advirá os subsídios para a consolidação da nova Estratégia Nacional do Ciência, Tecnologia e Inovação.

Reconheceu o Secretário Executivo que ainda restam vários desafios orçamentários no Ministério que são importantes. Oportunamente externou um raciocínio, uma vez que o FNDCT foi resguardado como fundo financeiro, como determina a Lei, a arrecadação do fundo é crescente. Como consequência principal da transformação em fundo financeiro, é a elevação como principal fonte de arrecadação do fundo o retorno das operações de crédito da Finep, avaliou. Isso implica em um crescimento do orçamento do Ministério em ações não reembolsáveis que ocupam espaço fiscal. Refletiu ser importante colocar o tema em reunião, porque se percebeu o desafio que o órgão está enfrentando com crescimento escalonado do Fundo. Registrou que na proposta orçamentária, enviada ao congresso, tem 1 bilhão de aumento em não reembolsáveis do FNDCT, porque o orçamento do fundo passou de 10 para 12 e meio. O orçamento discricionário total da administração central, tirando aqui autarquia CNPq, é de 860 milhões, revelou o

Secretário Sr. Luis Fernandes, ou seja, somente o crescimento do FNDCT em não-reembolsável é maior do que todos os gastos discricionários da administração central do Ministério. Conclui-se que esse fato coloca o desafio de luta pelo orçamento da administração central do Ministério e das suas Agências e órgãos vinculados. Diante desse cenário é que o Secretário Executivo avaliou a necessidade de se fazer alianças dentro e fora do governo para proteger e expandir o orçamento da administração central, uma vez que o FNDCT continuará crescendo a ritmos significativamente acima da inflação como a principal fonte, com o crescente retorno de empréstimos. E arriscou a dizer que o normal será a elevação do seu crescimento. Não considerou os estoques do fundo, por ser outra discussão que também ocupa o espaço fiscal, se forem usados, mas enfocando somente na nova rotina do seu desenvolvimento como fundo financeiro, explicou, já se pressiona na negociação conjunta da proposta orçamentária, uma vez que um fundo crescente impressiona. Avisou aos membros para estarem cientes disso, e propôs se fazer uma mobilização muito grande em defesa do orçamento próprio do Ministério, independente do avançar do FNDCT.

Após traçar esse balanço de ações mais gerais, o Secretário Luis Fernandes abriu para todos poderem fazer os seus balanços mais dirigidos para as suas atribuições específicas. Finalmente agradeceu todo o apoio, empenho, dedicação e colaboração das áreas do órgão afirmando ter sido a realização coletiva que permitiu chegar ao final do ano com esse balanço amplamente favorável, da contribuição da CT&I para a reconstrução do Brasil. Avisou que o trabalho só vai aumentar daqui para frente, porque a cada patamar que alcançamos são consolidados novos desafios. Diante dessa capacidade crescente de entregas que são estruturantes para um projeto nacional de desenvolvimento assentado sobre ciência, tecnologia e inovação, sendo consistente em se alinhar a nossa ação com essa visão, se dará a estruturação de um novo projeto de desenvolvimento para o país, conclui.

Repassou a palavra para o Diretor da Finep, indicando que as agências dão início às explanações, antecedendo as secretarias finalísticas.

FINEP

O Sr. Carlos Alberto Aragão, Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep, declarou representar o presidente da Finep, o Sr. Celso Pansera, membro dessa comissão, e que seguiria a linha Secretário Executivo com breve relato de como a Finep se comportou ao longo do ano de 2023.

Iniciou revelando o grande desafio de uma execução de cerca de 5 bilhões de recursos reembolsáveis e 5 bilhões de recursos não-reembolsáveis. Enfatizou o fato de os recursos reembolsáveis terem se tornado extremamente atraentes para os clientes da Finep, por conta de uma mudança para uma taxa de referência atrativa, que oscila entre 1,9 e 2%, e somando o spread da Finep, resultam em recursos que foram ofertados a juros que podem ir desde 3,5% a no máximo 6% de taxa anual, explicou. Essa oportunidade causou obviamente um enorme crescimento na demanda por empréstimo, por essa oferta muito interessante para as empresas, e isso acabou se refletindo em desembolsos de praticamente 100%, cerca de 5 bilhões em recursos reembolsáveis no ano de 2023. Reafirmando que a carteira da Finep já chegou a 11 bilhões, foi complementado em sua fala pelo Sr. Márcio Stefani, Diretor Financeiro da Finep, para exaltar a gestão no governo Lula, externando que em um ano a Finep cresceu 30%. Oportunamente, o Secretário Executivo Luis Fernandes revelou que a opção do governo passado era liquidar a empresa. Retomando a palavra, o Sr. Aragão enalteceu o trabalho intenso da Diretoria de Inovação da empresa, na figura o Diretor Elias Ramos de Souza para colocar esses recursos nas empresas e fazer com que o desembolso chegasse a um recorde, incluindo recursos não reembolsáveis, contando com uma execução plena. Ainda considerou relevante revelar que esses recursos foram alocados para atender uma demanda qualificada de projetos, que passaram por um crivo no início do ano, de modo a atender os que se alinhavam com as prioridades definidas pela atual gestão do Ministério.

Quanto aos projetos, o Diretor Aragão revelou que muitos bons projetos aprovados no mérito com notas altas ainda não tinham sido contemplados com recursos até aquele momento, o que foi a estratégia utilizada para cumprir com a execução em 2023. Ademais, continuou relatando que quanto aos repasses a projetos estratégicos nacionais, como a fonte de luz síncrotron de terceira geração - Sírios, um projeto de reconhecida importância, e o novo Reator Multipropósito Brasileiro – RMB, foram contemplados com robustos recursos. Inclusive, revelou que foi operado o adiantamento de parcelas às Organizações Sociais do MCTI executoras de projetos estruturantes muito importantes.

Essa execução só foi possível devido a estreita parceria com o Ministério e CNPq, enfatizou o Diretor da empresa, em um esforço para mapear o futuro, um trabalho liderado pelo Secretário Executivo a frente do Conselho Diretor do FNDCT. Explicou brevemente a trajetória de governança que levou a edição da portaria ministerial do dia 10 de maio de 2023 com os quatro eixos, que são interpretados como missões em 10 programas que foram propostos no âmbito do FNDCT. Enalteceu essa ação como representativa de um planejamento plurianual real. Informou que todos esses programas foram desenhados em conjunto e apresentados ao Comitê de Coordenação dos Fundos que os levou à decisão do Conselho Diretor, que os aprovou em sucessivas reuniões.

Na sequência, o Diretor de C&T da Finep elencou os principais programas com recursos aproximados programados. Exemplificou com o PROINFRA que em 2023, 2024, 2025 prevê gastos de R\$ 3,6 bilhões; o programa “Mais Inovação” com também R\$ 3,6 bilhões programados; o “Conecta e Capacita” um programa de meio bilhão de reais durante esse período, que é dedicado a prover conexão digital e capacitação para seu uso profícuo. Destacou também o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Amazônia com uma previsão de meio bilhão de reais, no entanto, revelou que esse valor terá acréscimos substanciais, uma vez que em todos os demais projetos há previsão de recursos para a Amazônia. Estimase em planejamento investimentos do FNDCT para a regional amazônica, se incluindo 2026, da ordem de 3,44 bilhões, uma soma bastante respeitável, considerou o Diretor de C&T da Finep. Continuou elencando ao citar o programa “Conhecimento do Brasil” estruturado em parceria com o CNPq, com previsão de meio bilhão de reais em investimentos por 3 anos. Revelou os investimentos em um novo programa, o “Política com Ciência”, uma ideia de ofertar aos Ministérios a possibilidade de constituir redes de ciência para que se faça políticas públicas baseadas em conhecimento. Considerou Sr. Aragão aquela ação como uma reversão clara do negacionismo que prevalecia até pouco tempo na gestão federal, com previsão do investimento R\$ 250 milhões nesse período. Também revelou o novo projeto chamado “Identidade do Brasil” que visa contemplar acervos culturais, científicos, históricos, também da ordem de R\$ 250 milhões em investimentos. O oitavo programa informou que se relaciona ao suporte dos grandes projetos nacionais estratégicos, com investimento da ordem de 1,5 bilhões de reais, que inclui o Reator Multipropósito Brasileiro; 10 novas linhas do acelerador Sírius; o programa de satélites CBERS na sexta versão do satélite de sino-brasileiro; e o NB4, uma iniciativa inédita no mundo, um laboratório de nível quatro de biossegurança que vai utilizar três linhas sincrotron, enalteceu o Diretor. Ainda citou um programa específico focado na autonomia tecnológica na área de defesa, com investimentos da ordem de 500 milhões de reais nos três anos. Por fim, elencou o derradeiro programa destinado a segurança alimentar e erradicação da fome com recursos destinados da ordem de meio bilhão. Somando R\$ 12,7 bilhões que é uma previsão para três anos, sendo que parte desses recursos já foram investidos em 2023, restando mais dois anos de planejamento para executar em 2024 e 2025. Noticiou a título de exemplo o lançamento recente de três editais que somam R\$ 1,2 bilhões no âmbito do citado programa PROINFRA. E ressaltou que esse valor é monta superior a todo recurso não reembolsável anual que ofertado no ano de 2019 ou em 2020 ou mesmo em 2021, somente em um único lançamento inicial de um dos programas de investimento. O mesmo programa de infraestrutura de pesquisa, informou o Diretor Aragão, prevê edital específico para as regiões do norte, nordeste e centro-oeste, e ainda um edital para a cooperação internacional. Adiantou que no próximo ano deverão ser repetidas as chamadas, permitindo que as universidades e centros de pesquisa se planejem. Explicou que o valor atual foi decomposto em 200 milhões para recuperação e utilização de equipamentos, 500 milhões para expansão dos parques laboratoriais e mais 500 milhões para infraestrutura de projetos temáticos alinhados com a política industrial, ou seja, nas áreas de saúde, defesa, transição ecológica, transição energética e transformação digital. Ainda lembrou que esse programa já permitiu o repasse de 100 milhões ao CNPq para reparos emergenciais de equipamento e 260 milhões para o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs

Por fim, noticiou a aprovação na diretoria executiva da Finep da proposta de quatro editais no Programa Mais Inovação, que deverão ser lançados por ocasião do evento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI. Revelou que esses editais somam R\$ 850 milhões, totalmente alinhados com as discussões e as diretrizes emanadas pelo CNDI, colegiado com significativa participação do MCTI.

Sr. Aragão chamou a atenção que na Finep atualmente os quadros de pessoal da empresa não estão completamente ocupados, frente ao grande aumento de volume de trabalho para o próximo ano. Então franqueou a palavra a Diretora de Administração da FINEP, Sra. Janaina Prevot Nascimento. A diretora discorreu brevemente sobre o projeto de reconstrução e fortalecimento da Finep. Uma empresa pública que esteve ameaçada no governo anterior, enfatizou, teve lançado em dezembro o seu concurso público para recomposição dos quadros. Desde 2017 a Finep perdeu mais de 200 funcionários, de um ápice de cerca de 800 funcionários, atualmente são aproximadamente 500 funcionários, explicou. O próximo concurso público, prevê o ingresso de 27 pessoas, e esse número será estendido com vagas de cotas para pessoas negras e também para pessoas com deficiência, uma ação que busca trazer a representação da sociedade para dentro da Finep na implementação das políticas públicas, afirmou.

O Sr. Marcio Steffani, Diretor Financeiro, de Crédito e Captação da Finep, pediu a palavra visando qualificar os investimentos realizados, informou que R\$ 2,1 bilhões foram projetos relacionados à transição ecológica, sete deles pioneiros no mundo, diretamente ligados com a academia. Enfatizou que só é possível fazer inovação pioneira se ligado a ICT's. Também destacou que o maior contrato com o nordeste brasileiro foi assinado no ano de 2023 junto à Bahia da ordem de R\$ 340 milhões destinados a pesquisa e desenvolvimento de fertilizantes. Também chamou a atenção ao fato do estado do Ceará ter dobrado o número de operações com a Finep. Em 2023, registrou o Diretor, foram realizadas as primeiras operações da empresa com Roraima e com o Piauí, completando 20 unidades da federação com operações da FINEP. Se aproximando do desafio colocado pela gestão federal de atuarem com todos estados da federação. Relatou que continuam com o atendimento a promessa de campanha do atual Presidente da República de dar apoio às pequenas empresas, sendo recorde o número de projetos de pequenas empresas apoiadas com custos e com prazos adequados ao porte de suas operações, com mais de 540 contratos de crédito assinados.

Ainda na linha do que acaba de trazer o Diretor Márcio é só lembrar que quando se trata de demanda qualificada que foi atendida com projetos de toda essa demanda, todos esses projetos tinham e tem um alinhamento com esses 10 grandes programas, complementou o Sr. Aragão que em nome da Finep concluiu sua participação com um agradecimento ao corpo funcional da empresa. Em sua visão teve um desempenho fantástico esse ano, não só por cumprir a meta da execução, mas também para o desenho qualificado desses novos editais dos projetos. Enalteceu a verdadeira revolução no modus operandi do FNDCT, que não seria possível sem o comprometimento de todo o corpo funcional da Finep.

MCTI-SEXEC

Retomando a condução da reunião, o Secretário Executivo Sr. Luis Fernandes, avaliou necessário relatar que as entregas, agora demonstradas, ocorreram em um tempo em que se processava a reconfiguração e reestruturação do MCTI e suas vinculadas, um fato relevante, ressaltou, porque inclusive algumas Secretarias Finalísticas haviam sido extintas. O que decorreu em execuções com maiores dificuldades no primeiro ano, enfatizou, pois ocorreram ao mesmo tempo que se reconfiguravam os órgãos. E ainda deixou patente que o MCTI ocupa agora uma centralidade excepcional nas políticas nacionais do governo federal. O MCTI e vinculadas foram incorporados ao coração da política industrial, com mais inovação. O FNDCT ao lado do BNDES são os grandes financiadores da Política de Inovação, para a reindustrialização em novas bases, muitos dos programas aqui relatados, foram incorporados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, enalteceu. Na sequência convidou o Presidente do CNPq a contribuir com seu relato.

CNPq

O presidente o CNPq, Sr. Ricardo Galvão, deu início ao seu relato contando a história do seu convite a tomar frente no órgão. Agradeceu ao Secretário Executivo e Ministra em especial pela facilidade que teve para montar sua equipe de diretores, diante do desafio de reestruturação do órgão reconfigurado equivocadamente no fim da gestão anterior. Contar com um corpo de dirigentes em quem poderia confiar e também com grande experiência, os citou nominalmente com breve currículo, foi avaliado como essencial pelo Presidente, para o CNPq funcionar com êxito. Relatou também sobre a desconfiança inicial na comunidade científica quanto à atuação do órgão que se arrefeceu. Relatou o reforço da importância do CNPq investir mais em fomento à pesquisa do que em bolsas, lembrando que no passado o órgão já teve até a proposta de fusão à CAPES. Essa visão, informou o Presidente do CNPq, embasou a direção

da autarquia para reforçar os recursos direcionados ao fomento da pesquisa nos laboratórios. Ilustrou esse movimento com o lançamento da Chamada Universal, que fomenta a pesquisa básica, que pela primeira vez, somente com recursos orçamentários, o que não ocorria desde 2004. Recebeu quase 10.000 propostas das quais se aprovou cerca de 2.500, o que evidenciou uma demanda muito grande para o fomento.

Reforçou ainda o redescobrimto da essencialidade para a comunidade científica brasileira das bolsas de produtividade em pesquisa. Relatou que se contava com 10.000 bolsas de nível PQ2, direcionada a bolsistas que têm recursos para o desenvolvimento de pesquisa, sem adicional de bancada. São os recursos para o pesquisador, mas que se apresentam com uma distribuição completamente desigual, alertou. Relatou, portanto, o sucesso do CNPq em promover a expansão do adicional de bancada para todos os bolsistas, cerca de 17.000 bolsistas que agora contam com o adicional de bancada. Ilustrou em homenagem ao pesquisador Ênio Candotti que reconheceu a importância do adicional de bancada para os pesquisadores da Amazônia, com o elevado custeio de uma missão em campo na floresta amazônica com custeios médios de R\$ 1.500,00 ao dia. Explicou que estão reformulando no CNPq a questão nas bolsas de produtividade em pesquisa, reforçando os recursos para o fomento, para o laboratório.

Se referindo em homenagem ao pesquisador Jaílson Bittencourt, no auxílio para a elaboração de proposta de chamadas diretas para reparos em equipamentos da ordem de R\$ 100 milhões por ano, que com grande ocorrência, já foram executados cerca de 60 milhões. Essa ação foi considerada pelo presidente do CNPq muito assertiva diante do diagnóstico de que muitos laboratórios no país estavam depauperados. Avaliou que o projeto de infraestrutura da Finep acaba por atender as grandes universidades. Nas universidades, ilustrou, existe uma nova disputa para que o projeto seja contemplado. Na nova modalidade operada pelo CNPq por carta convite, importantes projetos que estavam parados por problemas nos equipamentos puderam ser retomados.

Outro aspecto relevante apresentado pelo Sr. Ricardo Galvão foram os esforços do CNPq para diminuir cada vez mais as desigualdades raciais, de gênero e também regionais. Enfatizou com orgulho a parceria com os Ministérios da Igualdade Racial e das Mulheres, na chamada de bolsas de doutorado sanduíche e pós-doutorado no exterior para mulheres negras, quilombolas, ciganas e indígenas.

Enfatizou também o presidente da autarquia, o empenho em celebrar bolsas com as empresas, que ainda deve ser negociado, com a ampliação do apoio com MCTI e FINEP. Apresentou o programa especial do CNPq MAI/DAI explicou ser um o mestrado acadêmico e doutorado acadêmico de inovação nas empresas, ou seja, o pesquisador tem a aprovação do projeto também pela empresa preparada para a inovação. Exemplificou com a EMBRAER dentre as primeiras empresas interessadas no programa para suporte a projetos complexos e ousados, dos quais descreveu brevemente um a título de ilustração. Revelou ser grande a preocupação do CNPq com uma iniciativa mais próxima das aplicações reais, missões acionadas pela ciência, uma tendência de várias nações em se fazer projetos científicos, ou seja, inovação com maior peso na ciência.

A palavra então foi franqueada pelo presidente do CNPq ao Diretor Científico da Instituição, o Sr. Olival Freire Junior, que corroborou com a importância dos acordos e parcerias, em especial nos momentos de hesitação orçamentária, em que o CNPq aportou apenas 20% em um edital. Avançar na temática dos acordos é um ponto de reflexão relevante, apontou o Diretor. Deu exemplo do Ministério da Saúde com o aporte de mais de 400 milhões em editais de pesquisa, ação em que é necessária uma contundente análise de mérito, em que tem grande expertise o CNPq. Enalteceu a organização dos chamados Comitês de Relevância, compostos com a participação do parceiro, que dentre os projetos de mérito, seleciona os com mais relevância para a política do órgão. Revelou as negociações com a EMBRAPA para parcerias, mas externou também que gostaria do apoio do MCTI para potencializar esse tipo de acordo diretamente com as fontes de recursos de fomento à pesquisa, junto por exemplo ao Ministério da Agricultura.

O diretor Sr. Olival, informou também que foi estabilizado o sistema de bolsas de produtividade, mas revelou sua limitação, ressaltando que é preciso de estratégias para resolução. Explicou que por efeito da política nacional de pós-graduação, a formação de doutores no país disparou a partir de 2008, e então formavam-se 24.000 doutores anualmente. Por efeito mesmo diante do fato de que o número de bolsas de produtividade sempre tenha crescido, que nunca se estabilizou e nunca decaiu mesmo nos piores anos, apresenta um crescimento muito menor que a demanda, o que gerou um lapso importante que se

faz necessário equacionar, explicou. Uma saída que aventou seria a negociação junto as FAPs para usarem os nossos julgamentos de produtividade para apoiarem com mais recursos orçamentários mais bolsas no âmbito estadual. Enalteceu a iniciativa tipicamente brasileira, do sistema de bolsa de produtividade, que além do valor dos recursos é uma distinção reconhecida ao pesquisador. Encerrou sua fala, com um anúncio do breve lançamento dos editais do programa Conhecimento Brasil.

Retornando a fala, o presidente do CNPq lembrou a demanda emanada pelos órgãos de controle, da análise e avaliação de resultados de programas. Revelou o trabalho realizado de monitoramento, o Painel de Fomento, elaborado pela pesquisadora Débora Menezes, no qual é possível seguir os investimentos com muitas informações associadas, currículo lattes, colaborações internacionais, exemplificou, dispondo os dados que possibilitam análises. Uma solução com a visão de cientistas, que agora é enaltizada pelos órgãos de controle, frisou concluindo sua fala, o Sr. Ricardo Galvão.

MCTI-SEXEC

Prosseguindo a reunião o Sr. Luis Fernandes, ao presidir os trabalhos, revelou ser a Avaliação um tema que deveria ser tratado em outra oportunidade. Agradeceu pela celeridade das apresentações e passou a palavra ao presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

CNEN

O presidente da CNEN, Sr. Francisco Rondinelli Júnior, deu início a sua fala registrando sua satisfação com a reunião do CIG-MCTI. Enfatizou a oportunidade de levantamento de temas relevantes, confessando já planejar reuniões com CNPq e com a Finep, devido à exposição de várias propostas de programas que serão importantes para a continuidade do êxito da sua gestão à frente da CNEN. Destacou que a presidência e a direção atual da CNEM são formadas por servidores da instituição que estão lá há muito tempo dedicados. Revelou que no primeiro trimestre a CNEN estava praticamente paralisada, sem direção. Somente a partir do segundo trimestre, quando assumiu a nova direção, foi feita uma reorganização interna com decisões sobre pendências e uma série de providências que foram resolvidas, relatou o presidente da autarquia. Relatou sobre a retomada do projeto Centena, onde foi refeito o convênio para apoiar o projeto. Também o laboratório de fusão retornou a pauta, e será discutido junto a Rede Internacional de Fusão, informou.

Enalteceu o apoio do Secretário-Executivo Adjunto do MCTI, Sr. Marcelino Granja, na negociação de um concurso para a recomposição dos quadros da CNEN. Ponderou que existe uma massa de novos profissionais especializados chegando no mercado de trabalho, que merecem essa oportunidade de concurso, sendo fator importantíssimo para a CNEN. Relatou que direção tem se empenhado em fazer um trabalho significativo de divulgação das atividades da área nuclear. O diagnóstico do Sr. Francisco Rondinelli é que a melhor divulgação servirá para que os jovens saibam e queiram trabalhar na CNEN, um resgate do bom nome da instituição.

Destacou um desafio importante, recompor o setor, lugar que se tornou dividido entre vários agentes. E que, felizmente com o advento Conferência Nacional, devemos ter uma conferência prévia, organizada junto a instituições do setor, para trabalharmos uma proposta de estratégia para a conferência nacional.

Oportunamente, foi avisado pelo Secretário-Executivo do MCTI que os temas espacial e nuclear seriam temas oficiais da V CNCTI.

Enfatizou o Presidente da autarquia que essa oportunidade da conferência prévia e nacional darão a base para evoluir o Programa Nuclear Brasileiro. Informou adicionalmente que de um modo geral o ambiente da CNEN melhorou bastante, com a expectativa positiva com relação ao concurso, e recuperação orçamentaria. Ilustrou esse momento que pela primeira vez nos últimos anos não se teve uma crise no fornecimento de rádio fármacos, porque a liberação de recursos foi tempestiva e suficiente. Houve uma melhoria orçamentária significativa em ano de ajuste e recuperação e existem várias propostas na mesa para 2024. Finalizou sua fala agradecendo apoio do Ministério, e destacando a presença do Secretário Executivo do MCTI na 67ª Conferência da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), presença que deu destaque à imagem do Brasil nesse fórum internacional, afirmando ser a primeira vez que o MCTI envia representante ao importante evento da área.

AEB

Em seu momento o Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB, Sr. Marco Antonio Chamon, destacou inicialmente que o FNDCT destinou em torno de R\$ 850 milhões para a área espacial, sendo R\$ 650 milhões já contratados com três empresas. Revelou serem onerosos projetos nas áreas de satélite e de foguetes. Apesar da questão de o orçamento da agência encolher, chamou a atenção ao substantivo impulso dado a indústria nacional na área de espaço em tão curto período, como nunca visto, um sinal positivo de apoio do governo ao Programa Espacial.

Enalteceu que no começo deste ano, na Base de Alcântara - Maranhão foi feito o histórico primeiro lançamento para uma empresa privada, essa de nacionalidade sul-coreana. Revelou que apesar das dificuldades logísticas, a empresa voltará em 2024 para realizar novo lançamento, e dessa vez comercial. Explicou então que foi revisada a orientação de focar em lançamentos nacionais, para uma abertura ao mercado internacional, como acontece no mundo todo. Relatou a existência de importantes questões fundiárias e sociais ligadas às comunidades tradicionais da localidade de Alcântara, que ainda precisam ser equacionadas, mas que já existem esforços da AGU para essa compatibilização.

Também deu ênfase a retomada de duas cooperações internacionais essenciais. Junto à China, o programa sino brasileiro de 35 anos, com o projeto do CBERS6, em uma tecnologia diferente baseada em radar. E junto aos Argentinos, com o projeto SABIA-Mar com dois satélites, um argentino e outro brasileiro, cuja a temática de atenção é água, com previsão de lançamento em 2026. Por derradeiro, mencionou a cooperação com a EMBRAPA cujos os produtos que estão em análise, nessa questão de fazendas espaciais é a batata doce e o grão de bico. Uma abertura do programa espacial para aplicações em outras áreas que não se imaginava antes, enfatizou. Em aplicações o programa de monitoramento do desmatamento da Amazônia é talvez o maior exemplo, e agora se abre para outras formas de aplicação, enalteceu.

Concluiu o Sr. Marco Chamon com um último comentário sobre governança. O programa espacial tem por seu caráter transbordar o Ministério, não só nas suas relações com a defesa, mas com outras áreas, explicou. Informou que o Comitê Nacional do Espaço, cujos membros natos são Ministros de Estado, não se reuniu, uma falha na governança do Programa Espacial que transcende o MCTI, mas que o afeta. Revelou também ser importante discutir um programa de governança sobre a questão de comunidades tradicionais quilombolas na Amazônia, sugeriu assim reativar a Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara CDI-CEA.

MCTI-SEDES

O presidente do CIG-MCTI então conduziu a palavra ao Sr. Inácio Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI. Iniciou seu relato considerando que houve uma retomada em função da extinção da Secretaria que volta a existir. Exaltou as duas diretoras que são professoras e estão junto a ele na condução da secretaria, e o suporte de pessoas da casa que agregam, citando como exemplo a servidora do MCTI Sra. Valdelice Souza, que acompanha a área desde 2012.

Para o Secretário, o principal evento nessa retomada foi a criação de programa por Decreto Presidencial que o Sr. Inácio Arruda explicou como sendo uma espécie de guarda-chuvas para toda a popularização da ciência e educação científica no país. Dele resultou em um evento recente com mais de 450 pesquisadores e difusores da ciência pelo Brasil afora, por meio das semanas científicas e de olimpíadas sendo a mais impactante a de matemática que é compulsória, ilustrou. Após exaltar a cooperação com o CNPq na difusão científica, com uma chamada recorde da ordem de R\$ 105 milhões para a “Popciência”, revelou também o impactante programa relacionado com a agroecologia no país, uma parceria entre os pesquisadores e os pequenos produtores que estão na ponta desse sistema. Outro trabalho elencado como muito significativo pelo Secretário é o de Tecnologias Assistivas, que liga a Secretaria diretamente ao Ministério da Saúde, CNPq e Finep/FNDCT. Uma área em crescimento do ponto de vista da assistência e do cuidado com as pessoas, mas é também uma área decorrente em imensa produção industrial, explicou o Secretário. Somos campeões de medalhas de ouro com atletas paraolímpicos e também um dos campeões na produção de equipamentos de alta qualidade para esportes paraolímpicos de alto rendimento. Ainda relatou que dispõe a Secretaria de conjunto de ações referentes à transferência de tecnologia para o domínio social, que seria distribuído aos membros em documento posteriormente, uma ação de muito valor para o Presidente Lula e para a nossa Ministra e evidentemente para as nossas instituições de CT&I. Concluindo seus relatos, expôs um projeto que está sendo desenhado, o “Conecta

Capacita" dividido em duas partes, a ampliação da infraestrutura RNP e a formação para aqueles que estão nos fins do ensino médio, e que concluíram mas ainda estão à própria sorte. Esse projeto exige a cooperação com o MEC, de forma a ampliar significativamente os recursos, inicialmente programados para 200 milhões.

Esses programas, informou o Secretário, são todos conectados e voltados para o pequeno produtor e para as pessoas que mais precisam de assistência do nosso país, muitas vezes soluções simples, mas que têm grande impacto. Exemplificou as ações da Secretaria com a outorga de cães guia, preparados por método científico dentro de instituição de pesquisa do país e depois de treinados, animais de alta qualidade e preparo entregues a pessoas pobres. Ações que ajudam o povo brasileiro é a também nossa tarefa aqui no MCTI.

Oportunamente, o Sr. Inácio Arruda externou as dificuldades orçamentárias das secretarias finalísticas do órgão. A busca do déficit zero impacta no orçamento das secretarias que ficam por uma situação delicada para executar, os seus programas dependem da lei orçamentária anual dos recursos discricionários que chegam ao órgão, explicou. Expôs que órgãos que têm fundo dedicado, não têm o mesmo apelo orçamentário de um Ministério que não os tem. Segundo o Secretário é preciso dialogar com o governo mostrando que o fundo cumpre um papel, e o Ministério tem seu conjunto de programas que precisa do suporte do orçamento próprio, senão será frustrado o papel do MCTI nas políticas que desenha. Um desafio interno a se resolver na governança do Ministério, concluiu.

MCTI-SEXEC

O Secretário-Executivo, Sr. Luis Fernandes, comentou a última posição do Secretário Sr. Inácio Arruda, rememorando que nas discussões do grupo de transição a ideia de que os recursos do FNDCT não são usados para substituir fontes da administração central para executar programas estava pacificada. Embora isso tenha sido feito no governo passado, ainda precisamos de aliados, pois vencido esse discurso, a questão se torna matemática, refletiu. Pontuou que a elevação do orçamento não reembolsável do FNDCT não pode comprimir o orçamento da administração central. Então se deve ampliar alianças no sistema de CTI e fora do sistema para preservar o orçamento das secretarias e CNPq, recomendou o Secretário Executivo. Isso faz parte do nosso planejamento com liberdade para investir naquilo que é de fronteira para cumprir esse papel, é preciso orçamento próprio, afirmou.

MCTI-SEPPE

Em sua oportunidade a Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos Sra. Márcia Barbosa com um relatório em mãos, deu início a sua breve apresentação, informou que o relatório continha ações novas e ações renovadas. Revelou a Secretaria que estava ciente do pequeno orçamento livre no ano, então sua estratégia foi o lançamento de editais, em áreas identificadas em redes de pesquisadores como estratégicas. Por exemplo, destacou o edital em emergência climática "antes da chuva antes da seca" que busca desenhar um monitoramento de grids mais finos onde se identifica maior propensão a desastres. Essa ação foi levada ao conhecimento do Ministério do Meio Ambiente e está em planejamento uma forma de financiar os municípios com mais potencial de sofrerem uma emergência climática. Outra questão é da biodiversidade, um instrumento não só para uma transição industrial no país, transformando nossos usos de químicos no uso de compostos biológicos. Destacou um edital que mapeia a questão da biodiversidade, o edital de coleções biológicas, fundamental para poder utilizar essa biodiversidade. Chamou a atenção para área do conhecimento fundamental no mundo atual, a comunicação e a computação por dispositivos quânticos. Revelou que uma rede de pesquisa foi estruturada, com participação do Ministério da Defesa e já conta com linha de créditos dedicados no FNDCT. Inclusive externou que há países que anseiam em colaborar com a Brasil na área, mas é preciso de mais recursos para realizar essa colaboração. No campo da saúde explicou que ainda não existe no país um mapeamento definido da saúde mental, para isso um edital foi lançado e contemplado a um pesquisador dentre os mais citados no mundo, o Sr. Flávio Kapczinski, que já deu início aos trabalhos buscando o que se pode fazer como plataformas para organizar o atendimento massivo. O outro recorte na saúde foi dado a síndrome de down, enfatizou se tratar seus portadores de uma população muito negligenciada no país, explicou que devido ao fato de serem um grupo de risco para uma série de doenças, será encomendado um estudo genético para entender também as relações da síndrome, com demência, com autismo, tendo em vista dar grande salto de conhecimento a essa área no Brasil. Ainda

para a saúde, a gripe aviária que estava entrando no país foi monitorada pela Rede Vírus de pesquisa. Então foi elaborado um edital para ajudar a achar uma solução para esse problema em potencial. Também destacou parceiras como a participação em um edital da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE que visa estudar o problema macroscópico dos tubarões e entender como a ação humana está gerando um desequilíbrio ecológico que já está afetando algumas praias e ilhas no Brasil. Revelou dar continuidade ao Programa Antártico Brasileiro, com duas ações disruptivas, com uma excursão científica ao polo norte realizada e uma circunavegação no polo sul paga por recursos privados internacionais com aprovação do Ministério das Relações Exteriores, em que um navio quebragelo russo fará a expedição com 30 pesquisadores do Brasil. A Secretaria ouviu e reestruturou todas as redes de pesquisa ativas e está montando novas redes, explicou a Sra. Marcia Barbosa, dando exemplo da Rede de Astronomia, uma necessidade para participação efetiva de programas internacionais. Oportunamente informou o retorno do país a participar de fóruns internacionais de ciência, em que estava ausente, um deles é demanda da Rede de Pesquisa do Oceano Atlântico, dentro das ações da “Década dos Oceanos” (Década das Nações Unidas de Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável), declarada pelas Nações Unidas, sendo realizada entre 2021 e 2030. Coube a Secretaria também destacar um laboratório de pesquisa da USP, dedicado a pesquisa sobre câncer, referendado pelo órgão para ser um laboratório internacional dentro de uma organização internacional do tema. Oportunamente para as relações internacionais da Secretaria, voltou a exaltar a parceria com o CNPq, representado por seu Presidente Sr. Ricardo Galvão, no entanto revelou carência de recursos diante da grande demanda por parcerias. Enfatizou ainda as ações de visibilidade para diversas plataformas, importantes fontes de informação no entanto onerosas, estão passando por revisão da ciência que as dão qualidade, ressaltou que por um tempo muitas já estavam operando no automático, sem ser questionada, principalmente sobre a questão climática na Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Foram levantados recursos junto ao Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente) - GEF tanto para suporte a “Comunicação Nacional”, bem como em projetos de sustentabilidade para as cidades de Belém, Teresina e Florianópolis, revelou a Secretaria. E ainda disse com entusiasmo concluindo sua apresentação, que o fundo internacional também está financiando um projeto disruptivo, a construção de um laboratório de pesquisa totalmente coordenado por indígenas, proporcionando o levantamento da biodiversidade associado a conhecimentos tradicionais. Para mais detalhes se dispôs a enviar relatório aos membros.

MCTI-SETAD

O secretário, Sr. Henrique de Oliveira Miguel, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital exaltou a oportunidade de apresentar a Secretaria também recriada na nova estrutura do MCTI. Dedicada às áreas de tecnologias da informação e comunicação, transformação digital e inteligência artificial no Ministério, temas muito importantes na atualidade. Deu destaque à criação de diretoria para cuidar do tema “Transformação Digital”, revelando que inclusive lançamento de um pedindo agência para o setor, um desafio para os próximos anos. Informou que a SETAD ocupou grande parte de seus esforços na reversão da liquidação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC. Enalteceu a realização em 11 meses, agradecendo a Ministra Sra. Luciana Santos e seu Chefe de Gabinete Sr. Rubens Tavares, e ainda o Secretário Executivo do MCTI Sr. Luis Fernandes que dirigiu o grupo técnico interministerial que foi criado para esse intento. Revelou que o CEITEC oportuniza a integração da pesquisa e desenvolvimento, e produção de componentes ligados ao desenvolvimento da nova política industrial brasileira, com forte associação para potencializar as estratégias de transição energética no setor industrial. Relatou que a secretaria também trabalhou forte sob demanda de outras áreas nos temas da transformação digital e inteligência artificial, como exemplo citou a parceria com SEPPE no tema de tecnologias quânticas. Buscando ser breve informou que vários editais foram lançados, e contratos assinados nos temas de atenção da Secretaria. E destacou um grande desafio para a SETAD diante da escassez de recursos humanos. As demandas de auditoria já ocupam muito da disponibilidade da Secretaria, e se somam a ocasião da reunião G20, em que se prevê que secretaria terá uma participação muito grande, uma vez que os temas escolhidos principais são justamente inteligência artificial e transformação digital. Oportunamente revelou que estes temas motivam muitos fóruns internacionais, e seremos chamados a uma agenda intensa. Relembrou o anunciou da Ministra das ações para a revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Quanto à Lei de Informática, o secretário traçou o cenário de revisão da lei, que traz um grande desafio e articulação entre governo, academia,

setor privado e principalmente congresso para um novo ciclo, explicou aos fins de sua fala, que a Lei tem previsão de encerrar em 2029 e uma pequena mudança já em janeiro de 2025.

MCTI-SETEC

Tendo em vista que o Secretário, Sr. Guilherme Calheiros, titular da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC acompanhava a Ministra no CNPE, no momento da apresentação de sua secretaria, a diretora do Departamento de Apoio a Ecossistemas de Inovação da SETEC, Sra. Sheila Pires, tomou a palavra e junto ao Sr. Rafael Menezes, diretor substituto do Departamento de Programas de Inovação, fizeram breve explanação sobre os dois departamentos que compõe a SETEC.

Revelou a Diretora que a SETEC que foi a última Secretaria do Ministério a ser composta pela nova gestão do órgão, surgiu de uma oportuna cisão que formou também a SETAD. Ainda nesse curto período, cerca de cinco meses, sob nova direção, exaltou os rápidos e importantes avanços como a criação do Departamento de Ecossistema de Inovação, uma mensagem muito concreta de valorização de ambientes que ajudam a fazer com que a pesquisa chegue definitivamente no mercado por meio de inovação, com a geração de empresas inovadoras. Outro destaque levantado pela Diretora foi a complementação com recursos adicionais de ordem R\$ 240 milhões, que permitiu que 49 parques tecnológicos e 18 centros de inovação aprovados nas chamadas de 2021 e 2022 pudessem ser contemplados. Revelou que nesse período buscou parcerias, não só com as agências CNPq e FINEP, mas também buscando outras parcerias que pudessem alavancar os recursos como o SEBRAE, nesse caso com ênfase a programas de apoio ao empreendedorismo. Como exemplo, destacou o programa Catalisa ICT que transporta projetos de pesquisa da universidade para se tornarem negócios. Também informou das negociações com o BNDES para complementação de apoio aos parques tecnológicos, em recursos não reembolsáveis e principalmente reembolsáveis. E ainda exaltou a coordenação de agendas com outros ministérios, como MDIC para intensificar os programas que cada órgão desenvolve. Então nesse sentido, exemplificou, com o programa MCTI Conecta Startup Brasil, em parceria com a Softex, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI e de execução do CNPq, dedicado ao apoio a startups e que faz a interação dessas com médias e grandes empresas. Um fato relevante ao programa citado pela diretora foi o aumento das bolsas que são oferecidas no Conecta. Também destacou o avanço do programa Centelha e a intenção de reedição, enfatizando que tem cadastrados na plataforma mais de 33.000 empreendedores junto a cerca de 11.000 ideias inovadoras. Chamou a atenção para um programa com recorte de gênero, o “Mulheres Inovadoras”, cujo o requisito para concorrer ao apoio é ter a empresa ao menos 50% do seu quadro de sócios formado por mulheres. Embora extensiva a lista de programas, como os Núcleos de Propriedade Intelectual, que poderiam ter as ações detalhadas, a diretora decidiu reservar maior destaque a operação da Lei do Bem, que completou 18 anos, e alçou alguns fatos inéditos. Nesse ano, enfatizou a diretora, foi o primeiro a se avaliar todos os projetos em andamento, e ainda foi zerado o passivo de avaliações a serem feitas, um grande feito para a gestão da Secretaria ter as propostas avaliadas no ano em que elas são executadas, registrou. Relembrou a dimensão e importância do ativo da Lei do Bem que em 2022 alavancou mais de R\$ 35 bilhões investidos em inovação e que esse dispositivo legal se encontra em processo de atualização, com a tramitação no congresso de alguns ajustes na Lei, que visam torná-la ainda mais acessível e com potencial ainda maior de alavancagem de recursos para inovação. Explicou ao fim que o seu Departamento tem uma característica mais horizontal, e que o que seria na sequência apresentado pelo diretor substituto, o Departamento de Programas de Inovação, se observa mais vertical, tratando da pesquisa até a relação com a empresa, em áreas estratégicas.

O Sr. Rafael Menezes continuou, com a anuência do Secretário Sr. Guilherme Calheiros que naquele momento adentrava a reunião junto a Sra. Luciana Santos Ministra de Estado da CT&I. O diretor substituto do Departamento de Programas de Inovação declarou ser breve em seus complementos. Deu início a sua participação destacando a retomada das reuniões deliberativas dos fundos setoriais do FNDCT, dos quais cinco têm sua presidência no âmbito da SETEC, citando-os energia, mineral, aero, defesa e transportes. Declarou que para os fundos de energia e mineral foi possível suplementar iniciativas relevantes alinhadas com os programas estruturantes e mobilizadores, aprovados no âmbito do FNDCT. Ainda destacou no âmbito das temáticas de competências regimentais do departamento, nas áreas: energia, biocombustíveis, água, saneamento, transportes, nanotecnologia, fotônica e defesa. A SETEC coordena e participa de vários comitês e fóruns interministeriais alinhados às políticas públicas desses setores emanadas pelo governo federal. Dentre diversas ações a destacar de vários programas, chamou a

atenção aos trabalhos do Programa Nacional do Hidrogênio - PNH2, e que a Secretaria coordenou a câmara de fortalecimento das bases científicas e tecnológicas, junto a agentes do governo, instituições de pesquisa, onde foi estruturado um plano trienal para o PNH2. Foram lançadas as portarias que estruturam a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio e que regem o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio, criados dentro dos mesmos moldes da experiência do Sisnano (nanotecnologia) e Sisfoto (fotônica). Em parceria com o CNPq foi lançado um edital para o apoio aos primeiros 13 laboratórios que vão compor o SisH2. Revelou também a captação de recursos externo para desenvolvimento de projetos estratégicos do país, onde se logrou a aprovação de projeto voltado para construções sustentáveis junto ao GEF da ordem US\$ 10 milhões de recursos não reembolsáveis, para ser desenvolvido o projeto junto ao PNUMA e ICTs do Brasil. Coube ao Sr. Rafael dar destaque a parceria com o Ministério de Minas e Energia e outros órgãos na estruturação de políticas públicas do governo, uma delas a propósito, foi pauta colocada em deliberação hoje, na reunião do CNPE, a Política Nacional de Transição Energética. Nessa iniciativa se vinculam vários grupos de trabalho voltados a energia eólica offshore, hidrogênio e biocombustíveis. Por fim, o diretor substituto destacou o trabalho realizado, oportunamente agradecendo aos diretores Sr. Carlos Alberto Aragão e Sr. Elias de Souza a parceria com a FINEP no alinhamento das linhas de pesquisa suportadas pelos novos editais focados em transição energética, da ordem de R\$ 850 milhões em subvenção econômica.

Assim concluindo sua fala, passou ao secretário da SETEC, Sr. Guilherme Calheiros, que oportunamente realizou um fechamento sobre as ações da Secretaria. De forma sucinta deu destaque fundamental ao trabalho conjunto do Ministério com demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, revelou que foi feito de forma muito bem estruturada, conversando com outros atores que trabalham fundamentalmente o processo de desenvolvimento tecnológico e inovação. Entender que há dezenas de ações nacionais, regionais e locais que precisam de uma coordenação e de uma liderança aqui do Ministério e trazer as entidades, órgãos e outros ministérios para uma agenda conjunta, é papel fundamental nessa liderança do processo de inovação no Brasil, explicou o Secretário. Liderados pela Ministra, Sra. Luciana Santos, e pelo Secretário-Executivo, Sr. Luis Fernandes, está ocorrendo a integração com a Política de Desenvolvimento Industrial, algo inédito nos últimos anos, e sem paralelo histórico uma correlação tão próxima de agenda comum, entre o Desenvolvimento Industrial com a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, enfatizou. Declarou que agenda da inovação vem sendo puxada sobre a liderança aqui do Ministério para uma agenda única, interligada a programas que conversam, se complementam e se potencializam. Para concluir também deu destaque a um trabalho em discussão conjunta a SEPPE e SETAD sobre uma Estratégia Nacional para Tecnologias Quânticas, que necessita de um debate aprofundado dando ênfase ao tema na agenda estratégica do Ministério, que precisa celeridade pois o país já está bem atrasado nessa temática, é preciso colocar isso na pauta nas próximas discussões, foi veemente o Secretário em sua fala final.

Por oportuno o Secretário Executivo que presidia a reunião na ausência da Ministra, procedeu um breve relato do que ocorrera até então. Avaliou que os comentários tinham sido muito positivos até então. Rememorou a Ministra da reunião informal desse comitê, realizada antes de sua formalização por Portaria, uma reunião de planejamento do final de abril de 2023, esclarecendo que de certa maneira, foi realizada uma retomada daquele trabalho com a possibilidade de cada um apresentar o que vem fazendo para executar seu planejamento.

A pedido do Secretário Inácio, o Sr. Luis Fernandes fez constar a solicitação de apresentação na primeira reunião do comitê em março sobre as realizações da área internacional e perspectivas de intensificação na cooperação internacional.

Formalizou a recondução dos trabalhos à presidente do CIG-MCTI, a Ministra Sra. Luciana Santos, e anunciou o seguir da pauta com a apresentação de informes, uma síntese de três pontos pela Assessora de Estratégia e Governança Sra. Verônica Goulart, informes prévios a decidir em próximas reuniões.

2.2. Informes

De volta a fala, a Sra. Verônica deu os informes de maneira muito sintética, se comprometendo a encaminhar para os membros maior detalhamento.

PPA - MCTI

Anunciou o preparo de uma síntese do Plano Plurianual aprovado – PPA 2024 - 2027 com cinco programas de responsabilidade do MCTI. Informou o alinhamento com os eixos da estratégia vigente de CT&I, e reconheceu que os créditos para sua concretização foi fruto da colaboração de todas equipes dos membros do CIG-MCTI, e revelou o orgulho de apresentar o excelente resultado de grande esforço. Sejam (i) “Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”; (ii) “Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização”; (iii) “Ciência, Tecnologia e Inovação para Desenvolvimento Social” (iv) “Política Nuclear”; e (v) “Programa Espacial Brasileiro”. No detalhamento é importante dizer que são apresentados os objetivos gerais, os específicos, as entregas, e os seus indicadores. Informou que foram contadas no PPA um total de 172 entregas à sociedade de direta responsabilidade do MCTI. Além dos próprios programas, a Assessora informou da contundente contribuição com programas de outros Ministérios como da defesa; do meio ambiente e mudança do clima; do desenvolvimento regional, com os programas oceanos e zona costeira; antártica; gestão de riscos e desastres; enfim, enalteceu a contribuição difusa do MCTI a outros tantos programas do governo.

Cmap-MCTI

Continuou com uma síntese da avaliação de políticas públicas do MCTI no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – Cmap, criado com o objetivo de avaliar as políticas públicas selecionadas e acompanhar a implementação das propostas de aprimoramento dessas políticas públicas. Descreveu a sua composição: Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), que o coordena; Casa Civil da Presidência da República (CC-PR); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); e Controladoria-Geral da União (CGU). Informou que em 2022, o MCTI foi escolhido para que três políticas fossem avaliadas: (i) as despesas com pesquisas científicas e tecnológicas; (ii) o fomento à pesquisa e desenvolvimento de projetos institucionais de ciência e tecnologia; e (iii) a política nuclear, que decorreram em uma série de propostas de aprimoramento.

RI-CIG-MCTI

E para fechar os informes, expôs ser importante a revisão Regimento Interno desse Comitê Interno de Governança do MCTI, agora ampliado. Informou que existe um regimento hoje vigente que foi distribuído na pasta, junto a portaria que o publicou. Revelou a expectativa de que no interstício entre essa reunião e a próxima, a primeira reunião do calendário 2024 em março, que foi deliberada anteriormente, em se colher as contribuições de todos para que esse Regimento Interno seja adaptado, e com essas contribuições consolidadas em minuta, e já próxima reunião, possa ser então deliberado o RI do CIG-MCTI.

SIMA - MCTI

Ao se concluir os informes programados pela Assessora Sra. Verônica Goulart, o Secretário Executivo adicionou informes antes de passar para que a Ministra fizesse o encerramento. Avisou do avento da reunião com o CGEE, para a contratação do Centro no auxílio ao desenvolvimento de um Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do MCTI, que também abarcaria de forma integrada no sistema o Modelo de Avaliação Global – MAG do FNDCT. Revelou que essa ação decorre também do atendimento de recomendações dos órgãos de controle, que vêm incorporando essa lógica da política pública orientada por missão e avaliação das políticas públicas a partir das suas missões. Relatou que as mudanças feitas na gestão do FNDCT foram muito bem recebidas pelos órgãos de controle com público que atendem observações que já vinham fazendo anteriormente, para ganhos de foco, combate à dispersão, lógica substantiva, orientada com a missão. Em sua visão, foi estabelecido um clima de diálogo com os órgãos de controle, que é importante para trazer o controle uma prática não formalista, mas de cumprimento de missão. Revelou ser isso interessante devido a característica da CT&I de operar em ambiente de incerteza, governado pela descoberta e pela criação. Mecanismos próprios de avaliação de resultados e controle do cumprimento da missão institucional das nossas instituições, ponderou o Secretário Executivo serem essenciais.

3. Encerramento. A Sr. Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, presidente do CIG-MCTI, chegou a tempo para realizar o encerramento da reunião. Ao cumprimentar todos explicou sua ausência devido a sua participação como membro do Conselho Nacional de Política Energética, junto ao Presidente Lula. Externou que o Presidente da República avalia a participação no estratégico CNPE muito importante que os ministros não poderiam mandar representante. Na sequência, a Ministra narrou

brevemente sobre a reunião do CNPE aos membros. Avaliou a pauta muito densa, uma vez que foi nela tratado desde questões relativas aos novos blocos de exploração de petróleo, a mistura do biodiesel, nesse último foi discutido os possíveis impactos na inflação. Revelou a Ministra a intensão do Presidente Lula em que as empresas produtoras de caminhões, façam uso de biodiesel no Brasil, uma vez que já o fazem em suas nações de origem, e quer debater sobre a aplicação dessas soluções também no Brasil para o interesse brasileiro. Destacou também um debate elevado sobre a margem equatorial, fronteira exploratória brasileira de petróleo em águas profundas e ultra profundas, em que não foi tomada uma decisão. Revelou também a decisão após debate pela suspensão da importação do biodiesel, uma decisão do governo anterior, que pretendia começar a importação do biodiesel em 2024, e será revertida. Para garantir a suspensão da importação do biodiesel, será criado um grupo de trabalho dedicado a isso. Concluiu seu relato informando que tinha sido uma pauta muito extensa, com 15 itens muito intensos e muito importantes para o interesse nacional. Embora não tenha acompanhado a reunião do CIG-MCTI declarou que segue acompanhando as ações relatadas e que faz uma prestação de contas permanente para o presidente da república sobre a pasta da CT&I. Informou que na reunião Ministerial da casa civil, no dia subsequente àquela reunião do CIG, os ministros foram instados a subsidiar um balanço do ano de sua pasta à Casa Civil. Seria na ocasião apresentado pela Casa Civil ao Presidente da República, a sua visão do que os Ministérios os têm informado. Enfatizou que o retorno da Casa Civil é de que o MCTI foi o ministério que entregou de maneira mais sistemática o que tem se realizado na Ciência, Tecnologia e Inovação. No sentido do que o Presidente tem cobrado, o que está sendo executado, não somente anúncios. Enfatizou que a Casa Civil considerou o balanço do MCTI muito denso, efetivo. Revelou que caberia aos Ministros intervenções mais políticas, do que em sua percepção é mais positivo nas ações de seu órgão. Em tom positivo disse aos membros e demais presentes de que ela não tinha dúvidas de estamos cumprindo a nossa missão. Declarou que no papel precípua o MCTI estava fazendo valer uma política pública fundamental e estratégica para qualquer nação do mundo, em particular no Brasil, diante do desafio de se inserir o país nas cadeias mais dinâmicas da economia global. Revelou ainda que o Presidente Lula tem sido muito ativo para a reinserção do Brasil na geopolítica internacional de maneira ativa e proativa, nesse momento que o país preside o G20. O MCTI tem papel relevante de conteúdo e organização, nesse momento, declarou a Ministra. Citou que será realizada reunião dos ministros na Amazônia por conta do experimento Amazonface na torre ATTO, também serão realizadas reuniões técnicas no CNPEN e no parque tecnológico do Porto Digital em Recife. Observou que a agenda internacional do MCTI é extensa. Na grande maioria das viagens que Presidente Lula fez esse ano, o Ministério esteve presente em função da ampla cooperação internacional em ciência e tecnologia. Destacou também a Ministra que o MCTI está no centro da agenda da Industrialização em Novas Bases Tecnológicas, um conceito que conseguimos convergir entre pasta ministeriais, um êxito diante do desafio do governo em não isolar suas pastas, com convergências de ações, metas, e objetivos que resultem em mudanças que proporcionem o salto tecnológico que o Brasil precisa na sua reindustrialização. Exemplificou com as ações voltadas ao complexo industrial da saúde que a gente tem no déficit na balança comercial internacional R\$ 20 bilhões, com o lançamento de 100 chamadas que foram feitas por missão. Também destacou agenda da transição energética, uma agenda mundial em que o MCTI tem papel decisivo, sendo o FNDCT financiador da significativa estrutura laboratorial do SNCTI dedicadas ao tema. Levantou outro tema ligado a transição energética ainda sem decisão que tinha sido introduzido pelo Presidente da República na reunião CNPE. Existe a intenção de diminuir a prática da introdução do gás em rocha, embora uma importância no combate ao efeito estufa, a produção de gás brasileira é ínfima se comparada com outros países do mundo, e precisamos ampliar nossa autonomia no uso do gás natural, relatou a Ministra.

O MCTI na agenda da reindustrialização tem um peso financeiro de 40% dos recursos anunciados da ordem de 100 bilhões, também o Ministério tem muita ênfase na agenda da mudança climática e do aquecimento global. Para a Ministra, precisamos ajudar o MEC a reduzir danos prevalentes do ciclo político anterior, em relação a educação, com proliferação de EADs sem comprovação de qualidade o que impacta no papel do CNPq. Ainda destacou o papel do MCTI nas ações estratégicas da política nuclear e de defesa, inclusive reportou a convocação do presidente ao MCTI para a reunião com a Defesa. E ainda externou toda sua confiança na competência dos membros do CIG-MCTI e suas equipes e que era preciso somente um aumento de sinergia, proporcionando maior coesão coletiva das equipes. Um aspecto que a Ministra realçou é buscar despachos internos mais frequentes, inclusive ponderou sua falta de

disponibilidade, frente a uma agenda externa exacerbada naquele ano. Na oportunidade a Ministra agradeceu aos colaboradores do MCTI por suas operações. Ressaltou que questões estratégicas do país estão sendo cuidados pela pasta em parceria com todos os outros ministérios, um esforço concreto citando a interação com ministros da saúde, das cidades, da educação, do combate à fome, do desenvolvimento agrário, e muitos outros já citados, e que deve ser o espírito a mover os órgãos de CT&I ali reunidos. E reafirmou o seu agradecimento a dedicação e desprendimento dos membros, se comprometendo a perseguir com mais determinação uma maior sinergia, um ritmo mais frequente de diálogos internos, visando otimizar essa convergência ponto que a Ministra avaliou fundamental não só para o governo, mas também entre os membros, potencializando nossas funções no crescimento do país e garantir essa reconstrução nacional que o Presidente Lula tanto anseia e em que todos temos nosso compromisso.

Caminhando para o encerramento, reforçou um slogan da campanha de governo “Nós somos um só povo”, enfatizando a necessidade de uma nova geração de políticas públicas para prover respostas ao contexto inédito que vivemos no mundo, uma guerra cultural em um patamar crítico e externou que é preciso se ter a dimensão das responsabilidades dos membros desse colegiado nesse contexto. Reforçou que o Brasil é um país complexo que vive uma diversidade muito grande. Citou as pesquisas que revelam um contexto de muita polarização política no país, e reafirmou a necessidade de sempre se considerar isso nas respostas aos desafios próprios de um governo que tem a nossa característica nesse contexto. Reforçou que o norte é caráter popular, defender um projeto de nação, inclusão e superação desses impasses, principalmente no enfrentamento da desigualdade brasileira. Finalmente seguindo o espírito que o Presidente cobrou, enfatizou que a responsabilidade é muito grande, e que mesmo já trabalhando muito vão ter que dobrar os esforços, vamos à luta felizes.

Cumprindo-se a agenda e agradecendo a presença de todos, com votos de Feliz Natal, nada mais havendo a tratar, a Sra. Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, declarou a reunião encerrada às 13h e 32 min.

Brasília, 19 de dezembro de 2023.

LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

Secretário-Executivo – SEXEC/MCTI;

RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

MARCO ANTONIO CHAMON

Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB;

FRANCISCO RONDINELLI JUNIOR

Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO

Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FINEP;

MARCELINO GRANJA DE MENEZES

Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-SEXEC/MCTI;

MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA

Secretária de Políticas e Programas Estratégicos – SEPPE/MCTI;

INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA

Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social – SEDES/MCTI;

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital – SETAD/MCTI;

GUILHERME COUTINHO CALHEIROS

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC/MCTI;

ISA ASSEF DOS SANTOS

Subsecretária de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais – SPEO/SEXEC/MCTI;

TANARA LAUSCHNER

Subsecretária de Ciência e Tecnologia para a Amazônia – SCTA/SEXEC/MCTI;

EDUARDO VIOLA

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto – SPOA/SEXEC/MCTI;

RUBENS DINIZ TAVARES

Chefe de Gabinete da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI;

e

MARIA LUIZA NOGUEIRA RANGEL

Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SEXEC/MCTI



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Viola, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 23/01/2024, às 12:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelino Granja de Menezes, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 23/01/2024, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique de Oliveira Miguel, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 23/01/2024, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tanara Lauschner, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 23/01/2024, às 19:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Magnus Osório Galvão (E), Usuário Externo**, em 23/01/2024, às 20:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isa Assef dos Santos, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 24/01/2024, às 14:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Chamon (E), Usuário Externo**, em 24/01/2024, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 24/01/2024, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Aragão de Carvalho FILHO (E), Usuário Externo**, em 24/01/2024, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Coutinho Calheiros, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 24/01/2024, às 18:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO RONDINELLI JUNIOR (E), Usuário Externo**, em 26/01/2024, às 10:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 26/01/2024, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Nogueira Rangel, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 26/01/2024, às 12:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 26/01/2024, às 18:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Presidente do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 30/01/2024, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Diniz Tavares, Membro do Comitê Interno de Governança do MCTI**, em 30/01/2024, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11672991** e o código CRC **9BB67865**.